

AS ARMAÇÕES BALEEIRAS NA CONFIGURAÇÃO DA COSTA CATARINENSE EM TEMPOS COLONIAIS

Fabiana Comerlato¹

Resumo: As armações eram núcleos populacionais, ativos no Brasil Meridional nos séculos XVIII e XIX, voltados para a pesca da baleia e o beneficiamento das partes economicamente interessantes deste cetáceo. O objetivo primordial deste estudo é identificar as armações da pesca da baleia na paisagem litorânea catarinense proporcionando informações referentes aos seus aspectos sociais, espaciais e ambientais. O estudo analisa ainda com mais precisão a distribuição espacial das atividades humanas e o seu contexto material. Este trabalho propõe-se a perceber as armações não somente como espaços de produção de óleo de baleia, mas como espaço social marcado por uma sazonalidade nas atividades. Através desta pesquisa observamos a complexa distribuição espacial das armações, que seguiam um plano comum básico.

Palavras-chave: Armação; Baleia; Santa Catarina.

Abstract: Whaling stations, called “armações” in Portuguese, were population nuclei in southern Brazil, and were active in the eighteenth and nineteenth centuries. Whaling and processing the economically feasible parts of the cetacean were the main activities of these locations. The primary objective of this study is to identify whaling stations and their activities on Santa Catarina’s shore landscape, thus providing information related to its social, environmental and layout aspects such as the distribution of human activity and its material context. The purpose of this work is to perceive whaling stations not only as locations where whale oil was produced but also as a social site whose main characteristics were ruled by a seasonal activity. Through this research we can observe the complexity of a whale shore station layout, which followed a basic common plan.

Key-words: Whaling shore station; Whale; Santa Catarina.

Introdução

As armações no Brasil Meridional foram empreendimentos coloniais dedicados à pesca da baleia e ao beneficiamento das partes

¹ Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; Doutora em História; Rua Marechal Floriano nº420 apto 704 – Canela. CEP 40-110-010 Salvador – BA fabilato@gmail.com. Fone: (71) 3336-8275 e (75) 3438-4890.

Tempos Históricos eletrônica)	Volume 15 - 2º Semestre – 2011 – p. 481 - 501 ISSN 1517-4689 (versão impressa) • 1983-1463 (versão
-------------------------------------	---

econômicas deste cetáceo. A instalação das armações ocorre concomitantemente ao aumento populacional na segunda metade do século XVIII em Santa Catarina, promovido pela vinda de casais de imigrantes madeirenses e açorianos.

Ao contrário da temática da colonização açoriana que tem sido tema de constante na produção historiográfica em Santa Catarina, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, o fenômeno da baleação nestas costas tem sido tratado como um processo histórico pouco significativo na formação histórica e geográfica do litoral catarinense.

Este mesmo interesse e tratamento conferido a pesca da baleia pode ser verificado na historiografia brasileira, que considera esta atividade uma indústria extrativa, que por sua particularidade e tamanho não se encaixa na definição de ciclo econômico (JÚNIOR PRADO, 1981: 73; SIMONSEN, 2005: 470).

Apesar do extenso litoral, a pesca no Brasil Colônia não será um elemento dinamizador da economia em todo o império português, sendo a partir da segunda metade do século XVIII a agricultura o grande interesse dos eruditos e estadistas portugueses (REGO, 2000: 118). A pesca constituiu-se como uma economia de subsistência, pouca aludida nos mapas de produção coloniais, contudo, seria nesta época que se consolidaria uma tradição relativa à pequena pesca costeira (MUSSOLINI, 1953: 84).

Dentro deste contexto, de valorização da economia voltada a terra e de grandes gêneros de exportação, a pesca da baleia atingiu pouca expressão na formação brasileira, se comparado com os ciclos do açúcar, do ouro e, posteriormente, do café. Outro fato das armações não serem valorizadas dentro do contexto histórico colonial, advém da argumentação de que estas empresas não contribuíram para a economia local já que estavam voltadas ao mercado externo em benefício dos detentores dos monopólios

(CUNHA, 1992: 21). Assim, as armações são tratadas como um episódio isolado, restritas há alguns trechos do litoral (BA, RJ, SP, SC), fechadas em si mesmas, sem grande importância para a formação histórica das vilas costeiras brasileiras.

A historiografia utilizou da documentação oficial e relatos de viajantes estrangeiros dos séculos XVIII e XIX para produzir uma história sobre as armações. Poucos trabalhos propuseram-se a uma análise global das armações em território brasileiro. No panorama nacional, a tese de livre docência da Profa. Miriam Ellis “As Feitorias Baleeiras Meridionais do Brasil Colonial” de 1966 apresenta uma farta análise documental das armações sul brasileiras e da prática da pesca da baleia (ELLIS, 1966). Posteriormente, esta pesquisa foi publicada em livro, “*A Baleia no Brasil Colonial*”, sendo referência obrigatória à temática (ELLIS, 1969).

Na historiografia catarinense, não encontramos obras que tratassem especificamente sobre as armações. Estes espaços de pesca da baleia, pela importância que tiveram no contexto social e econômico no período colonial, são freqüentemente citados por historiadores que pesquisaram as primeiras frentes de colonização e núcleos populacionais no século XVIII em Santa Catarina (BOITEUX, 1912, 1914, 1934; CABRAL, 1937, 1968, 1979; PIAZZA, 1993).

Outras áreas afins, como a geografia nos oferece importantes estudos, um exemplo é a dissertação de mestrado da Prof^a Célia Maria e Silva, publicada pela editora da Universidade Federal de Santa Catarina. A autora tece uma análise marxista da ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira de Ganchos (município de Governador Celso Ramos), abordando as relações sociais, econômicas e políticas da exploração do trabalho assalariado livre e escravo e suas formas de resistências na Armação de Nossa Senhora da Piedade (SILVA, 1992).

Diante da invisibilidade conferida a problemática da pesca da baleia em Santa Catarina, lancei-me ao estudo das armações catarinenses através da ótica da arqueologia histórica, buscando uma abordagem interdisciplinar para o estudo dos testemunhos materiais e de seus sujeitos históricos. Portanto, apresento uma síntese de alguns resultados de minha dissertação de mestrado intitulada “Análise espacial das armações catarinenses e suas estruturas remanescentes: um estudo através da Arqueologia Histórica” defendida em 1998 no Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). O objetivo principal desta pesquisa foi analisar a distribuição espacial das atividades humanas e das estruturas edificadas que compunham as armações catarinenses do período colonial.

As Armações da Pesca da Baleia em Santa Catarina Colonial

As armações foram edificadas em certas áreas na faixa litorânea do Brasil colonial, no Recôncavo Baiano no início do século XVII e, posteriormente, no século XVIII, a pesca da baleia expandiu-se ao litoral fluminense, paulista e catarinense. As feitorias baleeiras de Cabo Frio a Laguna faziam parte da segunda área baleeira do Brasil Colonial, a do Sul ou Meridional, conhecidas na época como “Pescarias do Sul” (ELLIS, 1969: 20).

O primeiro contrato para a implantação de uma armação de baleias na Ilha de Santa Catarina foi concedido a Tomé Gomes Moreira. Porém, a primeira armação, contrariando o documento, não foi erguida na Ilha de Santa Catarina, mas em terra firme (ÁLVARES, 1938: 415). Esta escolha talvez estivesse embasada no levantamento feito em 26 de agosto de 1721 por Manoel Gonçalves d’Aguiar, Sargento-mór da Praça de Santos, em resposta ao Capitão General

da Cidade do Rio de Janeiro e Capitánias do Sul, Antonio de Brito Menezes:

Não ha duvida, que ha na dita Ilha bastante peixe para os moradores que nella morão [...] No que respeita a pescaria das baleias, respondo, que não tem a dita Ilha capacidade alguma para isso; porque pelos baixos que tem não entrão baleias nella. Só no Rio de S. Francisco se poderá fazer uma bõa pescaria, e melhor, e mais suave que a do Rio de Janeiro. A mesma se pôde fazer em Santos com não menos commodidade. (TAUNAY, 1936: 640)

A escolha da primeira armação provavelmente esteve condicionada as vantagens de poder estar próxima à Fortaleza de Santa Cruz na Ilha de Anhatomirim. A Armação da Piedade situava-se no continente na entrada da barra norte, em uma enseada calma, bem em frente da fortaleza a quase 6km de distância desta, atualmente município de Governador Celso Ramos. O local da armação era ideal para a prática do escoamento da produção por estar bem na entrada da barra norte, ser seguro pela proximidade com a maior fortaleza de Santa Catarina e possuir uma situação que possibilitava o rápido deslocamento para fora da baía quando da pesca.

Segundo Auguste Saint-Hilaire, a Armação da Piedade foi fundada em 1746, tendo sua construção sido iniciada provavelmente em 1743. Em virtude de suas grandes dimensões, a maior armação do sul do Brasil, teria demorado três anos para ficar pronta (SAINT-HILAIRE, 1978: 162).

Esta armação possuía um conjunto de edificações bastante expressivo para a época de sua construção, contando com: trapiche, capela, engenho de azeite, casas dos tanques, armazéns, ferraria, casa-grande, casa dos feitores, companhia dos baleeiros, senzala, telheiro do escaler, casa de depósito da lenha, dos cabos, panos, telheiro para a construção, casa de hospital e botica, cariocas e

engenhos. Posteriormente, foram construídos quartéis para a tropa e casa para os oficiais (fig. 1).

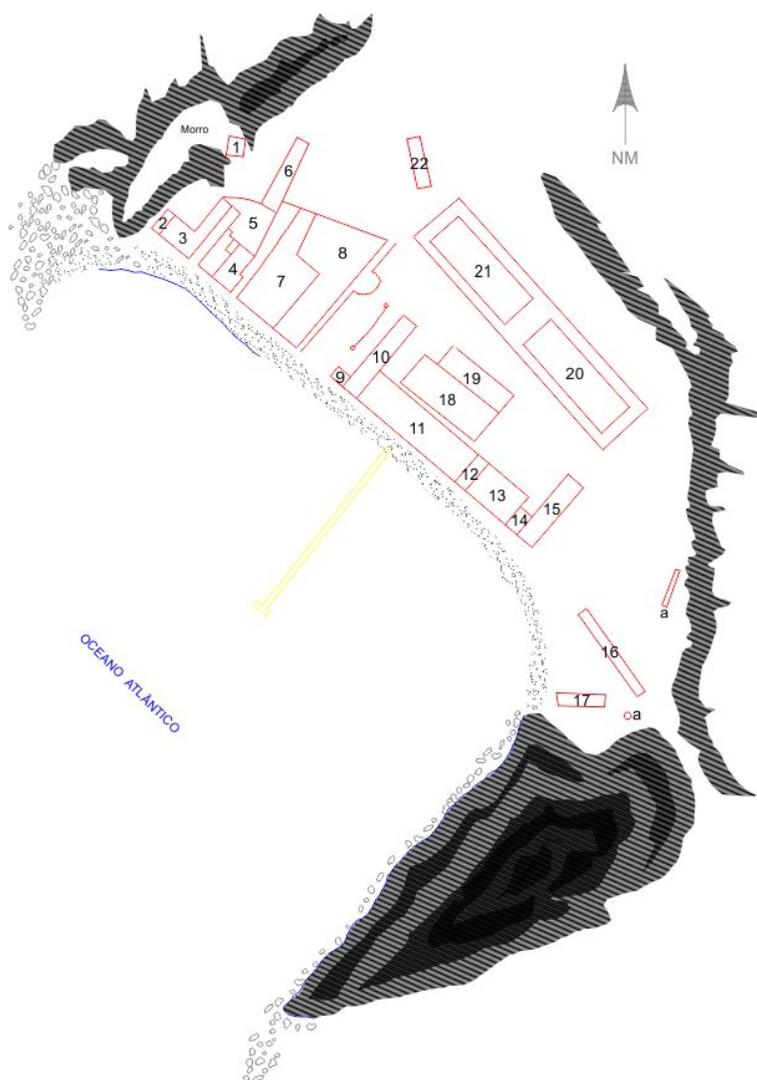


Fig. 1. Digitalização da planta do levantamento topográfico das edificações da Armação da Piedade pelo Intendente da Marinha, José Mario Pinto (1829). Legenda: 1) Casa do cirurgião; 2) Telheiro do escaler; 3) Casa de ferragem e ferraria; 4) Igreja; 5) Hospital e botica;

6) Casa dos feitores; 7) Casa-grande e armazéns; 8) Jardim e quintal; 9) Sótão; 10) Grande telheiro para construção; 11) Casa de frigar; 12) Grande sótão; 13) Casa de depósito de lenha; 14) Casa dos cabos; 15) Casa dos panos; 16 e 17) Companhas dos baleeiros; 18) Casa dos tanques; 19) Quartéis para tropa assoalhado; 20) Senzala; 21) Quartéis para tropa; 22) Casa dos oficiais; a) Fontes d'água. Extraído: CARNEIRO, 19-- , 23 v.

O engenho de frigar desta armação era um dos mais imponentes, possuindo vinte caldeiras de ferro ao todo. Esta armação tinha três casas de tanques com treze reservatórios, totalizando 6329,50m³ de capacidade de armazenamento de óleo. A Planta de José Mario Pinto feita em 1829 nos mostra apenas uma das três casas de tanques. Esta armação possuía ainda um tanque de lavar barbatanas, feito de pedra e cal em forma de circunferência, e um tanque de salga (ELLIS, 1969: 64-66).

Em relação às residências, a companha dos baleeiros estava disposta em quatro grandes estabelecimentos ou casas, subdivididas em moradias, no lado leste da praia. Em oposição espacial, ficava a casa-grande – um sobrado com um quintal murado de tijolos. Atrás das casas dos tanques, existiam as senzalas compostas de duas quadras de residências divididas em 44 casas e dois armazéns anexos. E, por fim no canto oeste da praia, além da igreja seguiam-se a casa do hospital e botica, era dividida em cinco dependências, um corredor, uma varanda e duas cozinhas (ELLIS, 1969: 77-79).

As condições do contrato foram estabelecidas pelo Conselho Ultramarino a Tomé Gomes Moreira, em que lhe eram oferecidas uma série de garantias e algumas restrições de mercado. As vantagens eram: poder comercializar a produção na Ilha de Santa Catarina e Lisboa, podendo em caso urgente comercializar no Rio de Janeiro por um preço de mercado; não pagar subsídios à Capitania e

impostos para entrar nos portos de Santos e do Rio de Janeiro; conseguir terreno para a implantação da armação por mediação do Governador do Rio de Janeiro que cedia a terra se devoluta ou fazia ser vendida por preço justo; se necessário precisasse (como era comum em outras armações) poderia obrigar os ministros dos distritos a convocar pescadores, sendo estes devidamente remunerados.

A iniciativa particular quando adquiria a concessão real para a pesca da baleia, pagava por este direito de exploração exclusiva um preço determinado. Era do concessionário a tarefa da instalação completa da armação e de sua manutenção, sem qualquer dispêndio da Coroa. A propriedade e todos os bens, incluindo escravos, no final de cada contrato tornavam-se patrimônio da Coroa Portuguesa. A mesma poderia renovar o contrato vencido ou conferir o direito de uso e posse a outro arrendatário.

O contrato conferia a possibilidade de altos lucros aos contratadores, nas palavras de Wálter Álvares eram verdadeiras *obras de tolerância* (1938: 415). O período de maior produção baleeira é entre 1765 e 1789, em mãos da família Quintela, quando se estabeleceu o “Contrato da Pescaria das Baleyas nas Costas do Brasil”, apoiado pela política do Marquês de Pombal (ELLIS, 1969: 156-157). O investimento de capitais na ampliação, na construção de núcleos baleeiros, e na aquisição de instrumentos de trabalho, embarcações e escravos caracteriza este momento de maior desenvolvimento do monopólio da pesca da baleia no Brasil (ELLIS, 1969: 156).

Neste contrato, foram edificadas no litoral paulista as armações da Barra Grande (1766/67) e a de Bom Abrigo (1767). Em Santa Catarina temos a construção da Armação de Sant’Ana de Lagoinha ou das Lagoinhas (1772), da Armação de São João Batista

de Itapocoróia (1778), e posteriormente, da Armação de São Joaquim de Garopaba (1793) e da Armação de Imbituba (1796).

O segundo núcleo baleeiro, da Lagoinha, foi fundado em 1772 na orla da praia da Armação do Pântano do Sul, com capela em devoção à Sant'Anna, sul da Ilha de Santa Catarina. Esta armação era composta pelas seguintes estruturas: casa dos tanques (capacidade para 1697,50m³ de óleo), engenho de azeite, casa-grande, armazém, senzalas, capela, companhas dos baleeiros e engenho de farinha (fig. 2). A Ilha do Campeche, distante aproximadamente 7Km da ponta da armação, serviu como posto de emergência, com um tanque e provável engenho de frigar. Nesta ilha existe uma formação rochosa denominada Pedra do Vigia, que faz alusão a sua utilização na faina da pesca da baleia.

Planta

da Armação e Fazenda de Santa Anna da Lagoinha

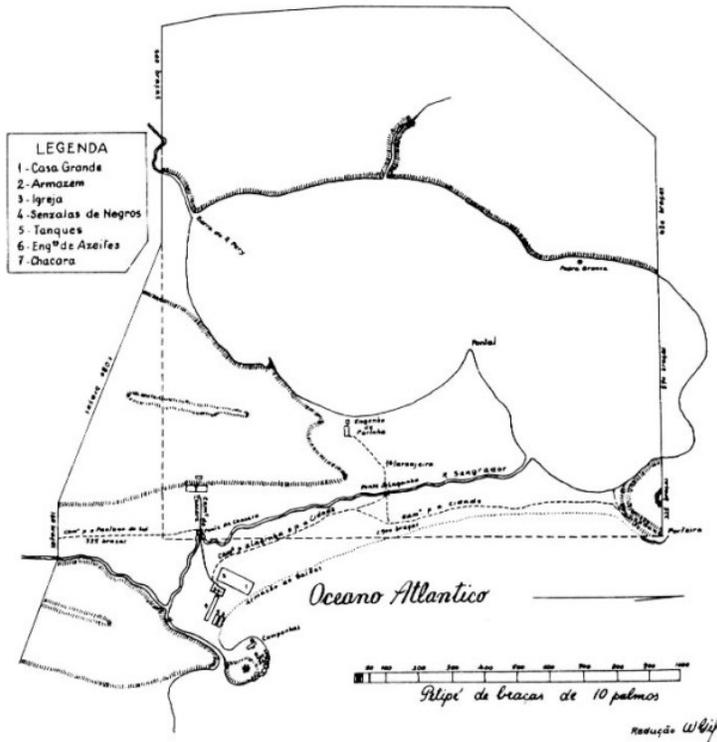


Fig. 2. Planta da Armação e Fazenda de Santa Anna da Lagoinha. Extraído: Piazza, 1983, p. 200.

A capela da armação, como era comum, possuía ao lado, cemitério fechado com muro de pedra e cal. A capela foi descaracterizada, sendo dotada de acréscimos posteriores. A casa-grande tinha duas frentes, uma voltada para o mar e outra para o engenho e tanque. Esta dispunha de três salas, quatorze quartos,

três corredores, varanda e cozinha (ELLIS, 1969: 77). Na Planta da Armação e Fazenda de Santa Anna da Lagoinha, a casa do administrador e o armazém estavam num mesmo prédio. Nas outras armações, o armazém também ficava próximo, ou na própria casa-grande como dependência dos fundos.

A companhia dos baleeiros foi construída em uma pequena ilha na ponta da armação hoje interligada por molhe, eram dez casas com um armazém para lanchas que ocupavam uma área de 317m² (ELLIS, 1969: 79). Esta edificação estava na extremidade da armação, pois os pescadores tinham que ficar o mais perto possível do mar, em um local de fácil deslocamento.

O sítio da fazenda, conforme planta mencionada anteriormente, ocupava quase toda a Lagoa do Peri, incluindo os morros da Cachoeira Grande, do Saquinho e do Peri de Cima. Era uma área que possuía uma reserva de água potável e uma cobertura vegetal dos morros potencialmente utilizável para fazer lenha. Esta armação destacou-se com a plantação de 7.000 pés de café (ELLIS, 1969: 196).

A Armação de São João Batista de Itapocoróia estava localizada no atual município de Penha, litoral norte de Santa Catarina. A praia de Armação de Itapocoróia, com 800 metros de extensão, possui formato semicircular e na sua parte mais ao sul, um pouco antes da Ponta da Cruz, foi erguido o núcleo baleeiro.

Com a invasão espanhola da Ilha de Santa Catarina em 1777, as armações da Piedade e da Lagoinha ficaram sob o controle daquela nação. Os monopolistas portugueses, pensando em não paralisar a produção, instalaram uma nova armação mais ao norte da Capitania de Santa Catarina. A enseada de Itapocoróia foi escolhida para abrigar a nova armação pela sua localização estratégica, entre São Francisco do Sul e a Ilha de Santa Catarina. (SOUZA & SERPA FILHO, 1995: 18-22).

A Armação de Itapocoróia foi fundada em 1778, já existindo no local a Igreja de São João Batista (concluída em 1759) e um pequeno arraial. Além do espaço produtivo possuía vasta chácara, eram três lotes a leste das edificações da praia com 17,50 km² de área, ou seja, as áreas do Morro do Pires ao Morro da Galheta (ELLIS, 1969: 80-81). Esta área era utilizada principalmente para a produção de lenha, tendo sido derrubada a vegetação primária. Na parte mais setentrional da armação ficava a Ponta da Vigia, local como o nome sugere de observação e avistagem das baleias.

As edificações que faziam parte desta armação eram: capela, armazém do paiol, carioca, casa-grande, companha dos baleeiros, senzala, casas dos tanques (capacidade para 4153,60m³), engenho de frigir e trapiche. A distribuição das estruturas assemelha-se a Armação de Garopaba, com a capela, a casa-grande, casa do capelão e companhas dos baleeiros construídas em patamar mais elevado (SAINT-HILAIRE, 1978: 162).

Uma importante fonte de referência é a gravura do pintor francês Jean Batiste Debret de 1827 que mostra a Armação de Itapocoróia com seus espaços marítimo, produtivo mercantil e o de subsistência, representado pela extensa área verde com costões e morros (fig. 3). No espaço marítimo identificamos duas baleeiras, cada uma rebocando uma baleia. Na linha da praia, no canto direito da gravura, a primeira edificação seria a casa dos dois tanques, tendo ao lado o engenho de frigir e atrás deste a casa dos sete tanques. No centro do núcleo baleeiro está a igrejainha com uma quadra aberta em que se encontra um cruzeiro. A edificação do lado esquerdo da gravura era provavelmente a companha dos baleeiros.

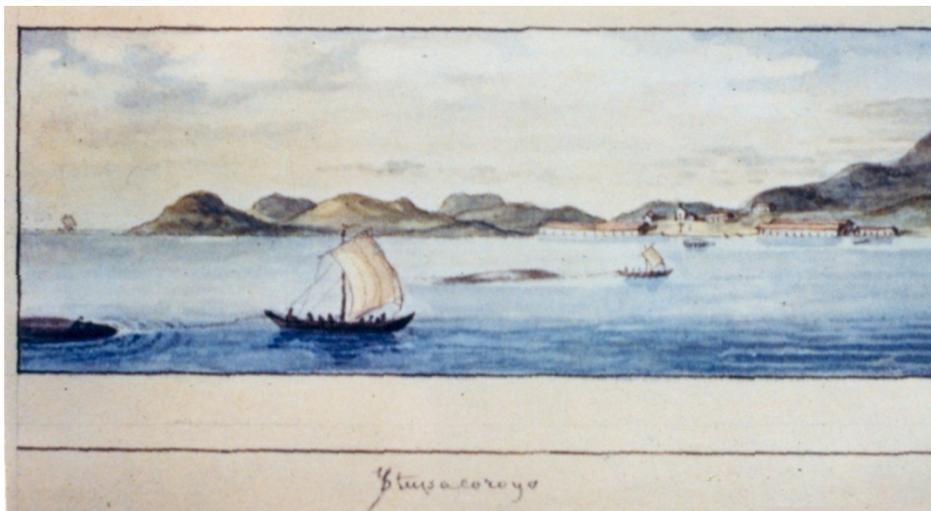


Fig. 3. Gravura de Debret da Armação de Itapocoróia. Reprodução fotográfica: José La Pastina Filho. Acervo: Museu Castro Maia, RJ.

A Armação de São Joaquim de Garopaba estava localizada no atual município de Garopaba, litoral sul de Santa Catarina. A armação foi construída junto ao pé do Morro de Garopaba fazendo parte da freguesia da Enseada de Brito, sendo fundada em 1795.

Podemos observar no Plano da Armação de Garopaba, feito em 1799 e copiado em 1829, a disposição espacial das edificações (fig. 4). Num plano mais elevado estavam a capela com o santo protetor e a casa-grande, duas edificações que representavam a influência religiosa e o controle administrativo da produção em patamar mais baixo.

No mesmo documento é visível a localização do engenho de frigrir bem em frente ao trapiche e da casa de tanques, logo atrás do engenho. O trapiche na sua ponta tinha um cabrestante que içava os pedaços de toucinho das baleias, que eram conduzidos até o engenho de frigrir.

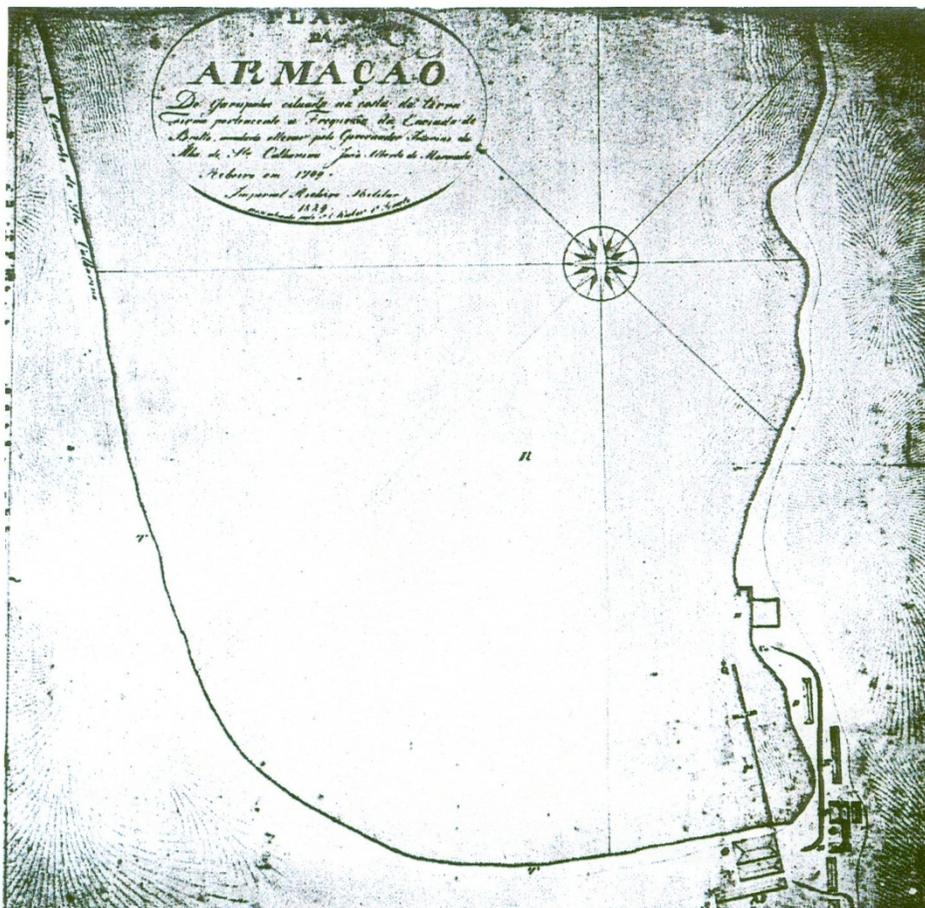


Fig. 4. Planta da Armação de Imbituba. Extraído: Ellis, 1969. Acervo: Mapoteca Histórica do Exército, RJ.

A gravura do pintor francês Jean Baptiste Debret veio a acrescentar e contribuir com preciosas informações para este estudo. Toda a enseada foi desenhada e no meio desta aparecem, ao lado de uma pessoa, quatro fragmentos ósseos de baleia (fig. 5).



Fig. 5. Gravura de Debret da Armação de Garopaba. Reprodução fotográfica: José La Pastina Filho. Acervo: Museu Castro Maia, RJ.

Do lado direito da gravura temos o núcleo baleeiro, aparecendo duas edificações interligadas, num primeiro plano. Estas correspondem ao engenho de frigir e a casa dos tanques. Ambas possuem as mesmas dimensões, dois pavimentos e telhado em quatro águas. Sua localização está confirmada também pelo plano da armação de 1799. Ao lado do engenho de frigir está o trapiche provavelmente de madeira e o cabrestante na sua ponta. Próximo a esta extremidade está representada uma embarcação com dois masts puxando uma baleia.

Em um patamar mais alto, no canto direito da gravura, aparecem a igreja com cruzeiro na frente, a casa-grande com quintal murado e um alinhamento de casas, que pela reprodução não conseguimos distinguir. Abaixo deste alinhamento de edificações estão algumas casas geminadas com telhado em duas águas.

A Armação de Sant'Anna de Imbituba estava localizada, onde hoje está situado o porto do município de Imbituba, no litoral sul de Santa Catarina. Com a construção do porto, as edificações foram demolidas ou soterradas. Esta armação ficava junto a Ponta de Imbituba, sendo fundada em 1796, funcionando como

suplemento da Armação de Garopaba, era a mais meridional e a menor de todas (SAINT-HILAIRE, 1978: 194). Nesta época, a pesca da baleia já estava sofrendo os reflexos da pesca praticada por embarcações de outras nações na costa sul brasileira.

A armação era formada pelas seguintes estruturas: casa dos tanques (capacidade para 574m³ de óleo), engenho de azeite, casas do administrador, companhas dos baleeiros, senzalas e casas para o destacamento. Não possuía capela, mas seus moradores podiam ir a missa na Capela de Vila Nova de Santana, fundada freguesia em 1755.

No Plano da Armação de Imbituba de 1799, copiado em 1828, aparece ainda o local aonde os navios fundeavam, um reduto com quatro peças de ferro, o local onde ficavam as lanchas e o cabrestante (ELLIS, 1969: 128-129).

Analisando esta planta percebemos que o local de implantação da armação está protegido dos ventos fortes do quadrante sul. Para Saint-Hilaire, a enseada oferecia bom ancoradouro (1978: 193). A enseada de Imbituba foi um local que se destacou por suas boas condições de aportar e sair para pesca, enquanto as outras praias adjacentes já são de mar aberto não possuindo as condições ideais necessárias. A escolha deste porto natural irá repetir-se quando da construção do Porto de Imbituba sobre os terrenos da armação.

Outro ponto em comum com as outras armações é a localização conjunta do engenho de frigar e as casas dos tanques, uma ao lado da outra. As casas do administrador estão ao lado da casa do engenho, esta distribuição favorecia o controle do processo produtivo. Provavelmente uma das três casas do administrador era utilizada como depósito e armazém.

No final do século XVIII, por questões macro-econômicas, a pesca da baleia entra em declínio, sendo o sistema do monopólio

extinto através do Alvará de 18 de maio de 1798, podendo cada um ou por si ou em sociedade preparar a pesca da baleia em qualquer parte da costa e em alto mar. O fim do último contrato e o Alvará de 24 de Abril de 1801 deixou livre a pesca da baleia aos arrendatários interessados e coloca a venda as armações (à vista ou a prazo), sem privilégio algum. Na falta de interessados a Junta da Fazenda administraria as armações e seus escravos (ELLIS, 1969: 160-161).

Considerações Finais

As armações não são apenas locais de produção de óleo de baleia e tratamento de barbatanas, nem somente espaços de moradia ou de agricultura. Ao contrário, são vilas de pesca da baleia que compartilham variadas funcionalidades espaciais, podendo existir a alternância entre as áreas de atuação conforme as necessidades humanas e as imposições naturais.

A proximidade espacial entre os novos núcleos populacionais e as armações resultou em: novas relações de trabalho (accessório) dos açorianos nas armações (BECK, 1979: 30); aproveitamento da produção das armações, com a utilização do óleo de baleia nas vilas e povoações para iluminação; convívio entre diferentes grupos étnicos – africanos, madeirenses, açorianos, portugueses do continente; transformação das armações em vilas de pescadores e agricultores.

Pelo exposto, as armações foram espaços de vivências e sociabilidades, de contatos interétnicos, de trabalhadores distintos e de atividades variadas. A armação, além de espaço produtivo mercantil e de subsistência, era espaço de uma comunidade litorânea, um espaço social com uma gama de trabalhadores transformando seus espaços de atuação conforme suas necessidades econômicas, sociais, culturais e religiosas. As armações baleeiras implantaram uma nova paisagem na costa catarinense, pautada na

exploração dos cetáceos e na fixação de contingentes humanos ao território.

O contexto espacial das armações mostrou diferentes formas de configuração no ambiente. Contudo, podemos identificar dois elementos norteadores na construção das armações baleeiras: 1º) adaptação das edificações a morfologia das praias; e 2º) agrupamento das edificações pela sua funcionalidade.

Ao aspecto da adaptação das estruturas ao terreno, percebemos a utilização: da linha de praia e seu prolongamento em ponta de terra (Armação da Lagoinha); o assentamento em arco praial pequeno, formando uma linha de praia totalmente construída (Armação da Piedade) e; o modelo de armação em dois patamares topograficamente distintos (parte alta e parte baixa) em promontórios com ampla vista para as praias (Armações de Itapocoróia, de Garopaba e de Imbituba). O litoral recortado com praias constituindo portos naturais intercalados por costões rochosos configuram ainda hoje importantes pontos de pesca de arrasto em oposição às costas retilíneas, vistas como “costas de repulsão” ao povoamento humano (MUSSOLINI, 1953: 81).

Os planos ou plantas que serviram como projetos provavelmente foram trazidos de Portugal ou idealizados por engenheiros militares formados na Colônia, e deveriam ter como referência as estações baleeiras existentes na Europa desde o século IX com os bascos (COHAT, 1992: 48). Na bibliografia analisada não encontramos informações a respeito da disposição de projetos e detalhes construtivos das armações. Os relatos de viajantes também não proporcionam estes dados, já que apontam para o período de funcionamento dos núcleos baleeiros. Os espaços das armações eram arrendados e regulamentados por contratos e leis instituídos pela Coroa Portuguesa. Neste sentido, as vilas baleeiras eram

espaços de reprodução de práticas sociais condicionadas a determinadas regras por meio da atuação do Conselho Ultramarino.

O segundo ponto referente à configuração das armações, suas edificações sempre estavam agrupadas por função. Podemos notar que todas as armações possuíam os mesmos tipos funcionais de estruturas, que eram organizadas no espaço de forma semelhante. As etapas de trabalho seguiam uma ordem de produção conferindo uma dinâmica própria que ora abrangia o espaço marítimo até o espaço de subsistência, passando pelo espaço produtivo – ponto central que reunia o viver, o trabalhar e o cultivar. Esta “ordem das construções” foi reconhecida por Álvares: “A disposição de todos esses edificios estava longe de ser cahotica; muito ao contrario, armações havia em que a symetria ambiental era, realmente, digna de elogios” (1938: 413).

Atualmente, as armações não são valorizadas como parte do processo de consolidação e integração dos novos contingentes humanos na segunda metade do século XVIII ao litoral catarinense. As vilas e freguesias próximas às armações fazem parte do cenário turístico, buscando a preservação de seus conjuntos arquitetônicos, como exemplos da diáspora açoriana. No entanto, os balneários onde estão situadas as estruturas remanescentes das armações coloniais não são alvo do mesmo interesse, sendo seus testemunhos materiais descaracterizados ou simplesmente destruídos por novas construções. Esta situação é visível quando comparamos levantamento feito das estruturas remanescentes das armações catarinenses em 1998 com o momento atual – nos parece ser um patrimônio arqueológico histórico relegado ao esquecimento.

Referências Bibliográficas

ÁLVARES, Wálter. Histórico da pesca da baleia no Brasil. **Revista Mensário Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, v. 2, t. 3, p. 411-417, 1938.

BECK, Anamaria. **Lavradores e Pescadores: um estudo sobre trabalho familiar e trabalho acessório**. 1979. Trabalho apresentado ao concurso de Professor Titular da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1979. 1 v.

BOITEUX, Lucas Alexandre. **Notas para História Catarinense**. Florianópolis: Typ. da Livraria Moderna, 1912.

_____. A pesca da baleia. **Revista Trimestral do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina**, Florianópolis, v.3, p. 4-16, 1914.

_____. A Pesca em Santa Catarina. **A Enciclopédia de Santa Catarina**. Florianópolis: Federação das Colônias Cooperativas de Pescadores do Estado de Santa Catarina, 1934. 5 v.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Santa Catharina (Historia-Evolução)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

_____. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Secretaria de Educação e Cultura, 1968.

_____. **Nossa Senhora do Desterro**. Florianópolis: Lunardelli, 1979. 2 v.

CARNEIRO, Carlos da Silveira. **Enciclopédia de Santa Catarina**. Florianópolis, SC: s.n. [19--]. 23 v.

COHAT, Yves. **Vie et mort des baleines**. Paris: Gallimard, 1992.

COMERLATO, Fabiana. **Análise Espacial das Armações Catarinenses e suas Estruturas Remanescentes: um estudo através da Arqueologia Histórica**. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

CUNHA, Idaulo José. **O Salto da Indústria Catarinense: Um Exemplo para o Brasil**. Florianópolis: Paralelo 27, 1992.

ELLIS, Miriam. **As Feitorias Baleeiras Meridionais do Brasil Colonial**. 1966. Tese de livre docência apresentada à Cadeira de História da Civilização Brasileira, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1966.

FABIANA COMERLATO

ELLIS, Miriam. **A baleia no Brasil Colonial**. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

JÚNIOR PRADO, CAIO. **História Econômica do Brasil**. 26ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MUSSOLINI, Gioconda. Aspectos da cultura e vida social no litoral brasileiro. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 81-97, dez. 1953.

PIAZZA, Walter F. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: UFSC; Lunardelli, 1983.

REGO, Margarida Vaz do. Mar e terra: dualidade na economia micalense nos finais de setecentos, **Arquipélago**, v. 4, n. 2, p. 117-125, 2000. (História. 2ª série)

SAINT-HILLAIRE, Auguste. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978 [1820].

SILVA, Célia Maria e. **Ganchos (SC): ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira**. Florianópolis: EDUFSC, 1992.

SIMONSEN, Roberto C. **História Econômica do Brasil 1500-1820**. Brasília: Senado Federal, 2005. Edições do Senado Federal vol. 34.

SOUZA, Cláudio Bersi de Souza & SERPA FILHO, Gentil Abílio. **Penha: A História de Todos**. Florianópolis: Paralelo 27, 1995.

TAUNAY, Affonso de Escragolle. **Em Santa Catharina Colonial: capítulo da história do povoamento**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1936.

Artigo recebido em 10/08/2011

Artigo aceito em 10/11/2011

